

1 Aos vinte dias de março do ano de dois mil e doze, às 14h30, na sala 147 da ESAG, reuniu-
2 se o Departamento de Administração Pública da ESAG, com as seguintes presenças: Aline
3 Regina Santos, Arnaldo José de Lima, Daniel Moraes Pinheiro, Denílson Sell, Emiliana
4 Debetir, Enio Luiz Spaniol, Ivoneti da Silva Ramos, Janice Mileni Bogo, Leonardo Secchi,
5 Maurício Custódio Serafim, Micheline Gaia Hoffmann, Paula Chies Schommer, Simone Ghisi
6 Feuerschutte, Valério Alécio Turnes, Carla Regina Magagnin Rockzanski, Deisiane dos
7 Santos Delfino, Melissa Ely Melo, Samantha Buglione, Paula Eduarda Michels, Acad.
8 Ricardo Marques Duarte (titular), Acad. Elis Regina da Silva (titular). Ausências: Ana Paula
9 Grillo Rodrigues, José Francisco Salm Junior, Luciana Francisco de Abreu Ronconi
10 (afastamento para capacitação), Marcello Beckert Zapelini (ausência justificada), Maria
11 Carolina Martinez Andion (licença maternidade), Mauro Sérgio Boppré Goulart (licença
12 prêmio), Patrícia Vendramini (afastamento saúde), Rodrigo Bousfield (ausência justificada),
13 Sulivan Desirée Fischer (ausência justificada). O Chefe do Departamento, Prof. Maurício
14 Serafim, iniciou a reunião apresentando a nova bolsista do DAP, a acadêmica Paulina Malo,
15 que irá apoiar as atividades do departamento no período vespertino, das catorze às dezoito
16 horas. Em seguida, o Prof. Maurício passou à exposição dos informes. **1. Informes: 1.1.**
17 **Possibilidade de alocação de carga horária para professores substitutos:** O Prof.
18 Maurício informou que a Profª. Sandra Makowiecky, Pró-Reitora de Ensino da UDESC,
19 autorizou os professores substitutos do Departamento de Administração Pública a
20 exercerem atividades de orientação para até dez acadêmicos em estágio supervisionado
21 obrigatório, podendo alocar uma hora para cada dois orientandos em seu PTI. Esta medida
22 fez-se necessária devido à atual situação de falta de professores para orientação de estágio
23 curricular supervisionado do curso de Administração Pública. Além disto, a Profª. Sandra
24 também autorizou os professores substitutos a alocarem horas para realização de projetos
25 de pesquisa e extensão, desde que envolvam alunos de Balneário Camboriú. Esta alocação
26 deve respeitar um total de quinze horas para todos os professores substitutos, atentando
27 também para o número máximo de vinte horas/atividade que o professor substituto pode
28 exercer na UDESC. **1.2. Comunicação do Prof. Mário Moraes:** O Prof. Maurício passou a
29 palavra ao Diretor Geral da ESAG, Prof. Mário Moraes, que veio trazer informações sobre a
30 situação do curso de Administração Pública em Balneário Camboriú. Ele relembrou aos
31 presentes sobre a carta enviada pelo prefeito de Balneário Camboriú ao Reitor da UDESC,
32 na qual o prefeito acusa a ESAG de sair do município sem comunicar a prefeitura,
33 rompendo com um contrato estabelecido, e ameaça reaver o terreno que havia sido doado à
34 universidade caso o curso de Administração Pública não seja mais oferecido no local. O
35 Prof. Mário afirma que a ESAG não retornará a Balneário Camboriú, e a Reitoria está ciente
36 disto. Por se tratar de um centro dentro de outro centro, surgem problemas de gestão. Ele

1 citou ainda que o Prefeito está reivindicando multa à UDESC, devido à quebra do acordo
2 mencionado, o que implicaria na abertura de mais um semestre do curso em Balneário
3 Camboriú. Por fim, o Prof. Mário informou também que o Conselho Estadual de Educação
4 abriu o cadastro de avaliação para os professores interessados em fazer a avaliação de
5 cursos no Estado. Este cadastro pode ser acessado em <www.cee.sc.gov.br>. Em seguida,
6 o Prof. Maurício passou aos itens de deliberações, solicitando inclusões em pauta. Foi
7 incluído o item “Carta ao MEC”, pela Profª. Paula Schommer. **2. Aprovação da ata anterior:**
8 O Prof. Maurício submeteu a ata da reunião de vinte e oito de fevereiro aos presentes. Em
9 discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade. **3. Proposta de abertura de uma**
10 **nova turma do curso em Florianópolis:** O Prof. Maurício propôs uma nova discussão para
11 votar a abertura de uma nova turma do curso de Administração Pública em Florianópolis,
12 proposta trazida pelo Prof. Mário na reunião de nove de fevereiro. A Profª. Aline questionou
13 se havia algum estudo de demanda. Em resposta, o Prof. Mário afirmou, a partir de
14 ilustrações da situação atual da universidade pública e dos índices do último vestibular, que
15 pelo quadro de demanda a situação é complexa em todo o País, porém há alguns
16 indicadores desta. O professor levantou alguns pontos para argumentação: i) há poucos
17 cursos noturnos na UDESC, sendo que uma das demandas do governador é que a
18 universidade trabalhe no período noturno; ii) há uma demanda informal dos trabalhadores do
19 setor público do estado. A Profª. Paula Schommer afirmou ser favorável à abertura da nova
20 turma. Ela discorreu sobre o fato do País não ocupar as suas vagas no Ensino Superior,
21 considerando que o índice de estudantes de nível superior no Brasil é menor que em outros
22 países da América Latina, e afirmou que, no campo de públicas em especial, está havendo
23 um momento de valorização dessa carreira e várias instituições estão criando cursos novos
24 nesta área. Ela acredita que o departamento cresceu nos últimos anos e vem se
25 qualificando e, para haver maior envolvimento e diversidade de projetos de pesquisa e
26 extensão, é preciso haver mais alunos de graduação. Para a professora, a diversidade de
27 formações e experiências dos alunos faz enriquecer o curso. Em relação à Pós-Graduação,
28 também é necessária uma maior base na graduação e um maior número de candidatos para
29 enriquecê-la. A Profª. Paula é favorável à abertura do curso noturno, trabalhando com a
30 divulgação ao pessoal do setor público do estado e da região; para aqueles que já têm uma
31 profissão e querem voltar a estudar. Desta forma, justifica-se para a sociedade o
32 investimento do curso. A professora acredita ser importante também realizar o
33 acompanhamento dos egressos, o que já está sendo feito em seu projeto de extensão “O
34 Administrador Público e a Sociedade”, para mostrar de que forma eles estão exercendo sua
35 profissão. Ela defenderia outro desenho do curso noturno, com caráter mais tecnológico,
36 para atingir este outro público diferenciado e trabalhador, mas isto poderia ser discutido em

1 outro momento. O Prof. Mário esclareceu que o centro irá acatar a decisão do
2 departamento, seja qual for. Ele apenas desejou apresentar o quadro da situação para que
3 o grupo tome uma decisão informada e bem pensada. O Prof. Maurício agradeceu a
4 presença do Prof. Mário e abriu o assunto para discussão. O Prof. Arnaldo Lima, Diretor de
5 Ensino da ESAG, acrescentou que foi favorável à abertura de uma segunda turma quando
6 esta foi discutida e não aprovada pela primeira vez em 2010. Porém, ele cita uma
7 experiência anterior – a oferta da segunda turma do curso de Administração Empresarial –
8 quando o professor pôde verificar algumas complicações que ela provoca na gestão. O
9 principal é quando os alunos do curso diurno começam a trabalhar, muitos querem transferir
10 para o turno da noite, porém na prática não é possível acomodar essa demanda. O
11 acadêmico Ricardo afirmou ser favorável à abertura do curso como representante discente.
12 Ele citou a demanda dos servidores, que nas argumentações até então ficaram restritas ao
13 estado e ao município, e comentou que na Justiça Federal, onde o acadêmico faz seu
14 estágio, os servidores são incentivados a fazer o curso. Para o acadêmico, a universidade
15 tem um compromisso muito grande com a sociedade. Além disso, renovar o curso seria
16 também uma oportunidade para os alunos reporem suas disciplinas em outro turno, tendo
17 em vista a dificuldade em encontrar disciplinas em outras Instituições de Ensino Superior
18 que não contemplam a área. Ele acredita, porém, que a proposta deve ser bem pensada
19 internamente. O Prof. Mário salientou que, no sentido pragmático, a abertura de uma nova
20 turma pode trazer pontos negativos, por exemplo: provoca uma demanda muito grande dos
21 alunos no curso noturno e, com maior número de alunos, a nota de avaliação do ENADE
22 pode diminuir. Por outro lado, conforme a experiência no curso de Administração
23 Empresarial, a nova turma pode aumentar a visibilidade do curso, por receber um perfil de
24 alunos diferentes. A Profª. Simone também afirmou ser favorável. Desde a última votação, o
25 grupo amadureceu e o olhar sobre a questão é outro. Ela sente que o grupo está mais
26 seguro para tomar esta decisão. A acadêmica Elis retoma o questionamento da demanda.
27 Ela acredita que um estudo de demanda é extremamente necessário, uma vez que a
28 universidade é criada para os alunos e a sociedade, e é construída a partir da demanda
29 destes. O Prof. Valério afirmou não estar preparado para esta decisão. Ele concordou com a
30 Profª. Paula no sentido de trazer as vagas para o curso, porém, há argumentos prós e
31 contras a serem considerados e que foram levantados na votação anterior, tais como a
32 possibilidade da nota do curso diminuir, considerando que o público noturno, trabalhador,
33 pode não ter perfil acadêmico e tempo para estudar. Outra possibilidade levantada seria a
34 de abrir mão das trinta vagas de graduação para investir na verticalização do curso, ou seja,
35 investir na pós-graduação da área; investir também em pesquisa e extensão, diminuindo a
36 carga horária de ensino. Para o Prof. Valério, esta reflexão é necessária. Abrir uma nova

1 turma com os recursos atuais, em termos de estrutura administrativa e docente, pode não
2 ser viável. Será preciso contratar novos professores. O professor sugere que o assunto seja
3 pensado neste nível mais técnico, de forma a estabelecer um cenário dos próximos anos
4 com ou sem a abertura da nova turma, em termos de mestrado, pesquisa, produção
5 acadêmica, extensão. Para o professor, é preciso pensar em tudo isto e não no número
6 maior ou menor de alunos. Em relação à demanda, ele não está preocupado, pois a
7 demanda se cria. Se o curso é bom, ele tem candidatos. O professor sugeriu que a proposta
8 seja discutida novamente daqui a um mês, após estas reflexões. O Prof. Leonardo Secchi
9 afirmou concordar com a argumentação inicial da Profª. Paula e, segundo sua opinião, a
10 decisão inicial do departamento em 2010 foi pouco amadurecida. Assim como o Prof.
11 Valério, ele acredita que a votação deveria ser adiada ao menos para a próxima reunião. Ele
12 questionou o grupo em relação aos prazos. O Prof. Arnaldo esclareceu que não há mais
13 possibilidade de abertura de turma para o vestibular de inverno, portanto a turma seria
14 ofertada apenas no próximo verão. O Prof. Leonardo concordou com o Prof. Valério em
15 relação ao curso criar a demanda, pois às vezes a organização precisa mostrar para a
16 sociedade qual é o caminho, da mesma maneira o departamento deve mostrar para a
17 sociedade qual é a importância do curso de Administração Pública. A Profª. Paula acredita
18 que a decisão não deveria passar da próxima reunião, para não postergar demais a
19 votação. Para a acadêmica Elis, no entanto, a abertura não deveria ser votada ainda, para
20 que pudesse ser amadurecida ao longo do semestre, com a participação dos alunos e a
21 sociedade. O Prof. Maurício sugeriu que na próxima reunião o grupo retome a discussão,
22 trabalhando em cima das questões propostas pelos professores ao longo do mês. Este
23 processo de reflexão seria coordenado pela chefia. O Prof. Valério ressaltou o caráter
24 político da decisão, uma vez que está havendo duas demandas contrárias tramitando na
25 universidade: a proposta de abertura da nova turma em Florianópolis e o pedido de abertura
26 do curso em Balneário Camboriú. O Prof. Maurício encerrou o debate e informou que a
27 chefia do departamento será responsável por pensar em um método de trazer as questões
28 colocadas para que o grupo possa votar a abertura do curso na próxima reunião. 4.

29 **Apreciação do Projeto de Renovação do Reconhecimento do Curso (Prof. Arnaldo):**
30 Prof. Arnaldo, relator do projeto de Renovação do Reconhecimento do Curso de
31 Administração Pública da ESAG/UDESC, explicou que existe um modelo a ser seguido pelo
32 projeto e informou que há ainda alguns elementos a serem ajustados. Ele afirmou que estes
33 pontos podem ser facilmente atendidos pela comissão sem necessidade de colocar o
34 projeto em diligência. Diante dos prazos a serem seguidos nas instâncias superiores, ele
35 submeteu o processo em aprovação no departamento. Seu voto é favorável à aprovação.
36 Em discussão e votação, o projeto de Renovação do Reconhecimento do Curso é aprovado

1 por unanimidade. **5. Apreciação do Relatório da Ação de Extensão “Formação em**
2 **Gestão de Pequenas Cooperativas” coordenado pelo Prof. Valério Alécio Turnes:** O
3 Prof. Daniel Pinheiro, relator do relatório da ação de extensão “Formação em Gestão de
4 Pequenas Cooperativas”, coordenado pelo Prof. Valério Alécio Turnes, afirmou que, em sua
5 visão, o relatório contém todas as ações explicadas e justificadas. Seu voto é favorável à
6 aprovação. Em discussão e votação, o relatório da ação de extensão do Prof. Valério Turnes
7 é aprovado por unanimidade. O Prof. Valério aproveitou a ocasião para convidar os
8 professores que tiverem interesse em se envolver com o tema para construir um artigo ou
9 outro projeto de extensão a partir dos dados alcançados em seu projeto. **6. Apreciação do**
10 **Projeto de Extensão sem ônus “Encontro Nacional de Estudantes de Administração**
11 **Pública” coordenado pelo Prof. Maurício Custódio Serafim:** A Profª. Paula Schommer,
12 relatora do projeto de extensão sem ônus “Encontro Nacional de Estudantes de
13 Administração Pública” (ENEAP), coordenado pelo Prof. Maurício Custódio Serafim, afirmou
14 que o projeto traz todas as informações sobre as ações planejadas para o evento e, por
15 compreender sua relevância para a formação e integração dos estudantes de Administração
16 Pública, é favorável a sua aprovação. A professora ressaltou que haverá o fórum de
17 coordenadores dentro do evento, sendo que o grupo poderá aproveitar a oportunidade para
18 discutir questões sobre o curso. A professora informou também que neste mês foi aprovada
19 a alteração do nome da Federação Nacional de Estudantes de Administração Pública
20 (FENEAP) para Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas. Os
21 professores Valério e Ivoneti comentaram sobre os pré-eventos do ENEAP, com os quais o
22 Seminário de Ecopráticas, agendado para o dia vinte e seis de abril, pode estar relacionado.
23 O Prof. Arnaldo reforçou a questão das responsabilidades da universidade, do centro, do
24 departamento e do DAAG. Deve-se reforçar no projeto que nas atividades de extensão não
25 haverá custo para o aluno. O Prof. Maurício esclareceu que não haverá taxa de inscrição,
26 conforme consta no projeto, e sugeriu verificar com a comissão de extensão, que irá analisá-
27 lo, se está clara a distinção das responsabilidades das partes. Em discussão e votação, o
28 projeto de extensão “Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública”,
29 coordenado pelo Prof. Maurício Serafim, foi aprovado por unanimidade. **7. Proposta de**
30 **alteração do artigo 147 do Regimento Geral da UDESC (Acadêmica Elis):** A acadêmica
31 Elis Silva explicou aos professores ausentes na última reunião que, na ocasião, as
32 representantes discentes Elis Silva e Marina Xavier solicitaram vistas ao parecer da Profª.
33 Patrícia Vendramini referente ao processo 16749/2011 que propõe a alteração do artigo 147
34 do Regimento Geral da UDESC. O parecer da Profª. Patrícia era favorável à proposta de
35 alteração da média para aprovação final para nota seis, eliminando o período de exame. As
36 acadêmicas pediram vistas por entenderem que é de grande importância a apreciação

1 desse processo pelos demais acadêmicos do curso, considerando que não houve tempo
2 hábil para fazê-lo antes da reunião em que foi apresentado o parecer da Profª. Patrícia.
3 Desta forma, a acadêmica Elis explicou que os representantes discentes deste
4 departamento desenvolveram e disponibilizaram um questionário aos acadêmicos do curso
5 através de redes sociais, no qual os alunos manifestaram suas opiniões, que serviram de
6 base para o desenvolvimento do novo parecer. Doze alunos responderam ao questionário.
7 Segundo a opinião da maioria votante, o parecer da relatora Profª. Patrícia não deve ser
8 aprovado. A acadêmica Elis manifesta seu voto contrário à aprovação, representando os
9 acadêmicos que participaram do questionário supracitado. A sugestão dos alunos,
10 apresentada em cinquenta e oito por cento dos votos, foi de alterar a média para aprovação
11 semestral para seis, mantendo o exame final. Em discussão, o acadêmico Ricardo Duarte
12 pediu para se abster do voto, pois iria contra a maioria dos alunos que se manifestaram. O
13 Prof. Arnaldo sugeriu que o(s) Centro(s) Acadêmico(s) de Administração Pública
14 converse(m) diretamente com o Diretório Acadêmico para que haja uma proposição dos
15 discentes para esta alteração, de forma a dar voz aos alunos. O Prof. Maurício explicou que
16 o grupo precisa votar os dois pareceres, aprovando um destes: o parecer inicial da Profª.
17 Patrícia Vendramini ou o parecer de vistas dos representantes discentes. O professor
18 colocou o parecer da Profª. Patrícia em votação. Houve uma abstenção, do acadêmico
19 Ricardo, e três votos contrários. O parecer da Profª. Patrícia foi aprovado pela maioria do
20 pleno do departamento. O Prof. Arnaldo esclareceu que, como a maioria foi favorável ao
21 primeiro parecer, não houve necessidade de votar o segundo. **8. Apresentação da**
22 proposta final do aperfeiçoamento e adequação do Estágio Curricular Supervisionado
23 (Comissão para revisão de estágio): A Profª. Emiliana Debetir relembrou ao grupo que a
24 comissão composta pelas professoras Emiliana Debetir, Ivoneti Ramos, Nonie Ribeiro,
25 Maria Aparecida Pascale e pelo representante discente Jorge Braun Neto esteve
26 trabalhando nos últimos meses em uma proposta de aperfeiçoamento e adequação do
27 Estágio Curricular Supervisionado do curso de Administração Pública. Para construir a
28 proposta, a comissão estudou o funcionamento do estágio em outras universidades,
29 levantou um histórico dos alunos matriculados em estágio no curso de Administração
30 Pública da ESAG, ouviu a opinião dos professores nas últimas reuniões do departamento, e
31 a opinião dos alunos por meio de um questionário. A professora explicou que, para a
32 comissão fazer alterações mais profundas no regulamento do estágio, primeiro seria
33 necessário alterar o Plano Político Pedagógico do curso. Portanto, neste primeiro momento,
34 enquanto a discussão do Plano Político Pedagógico não é iniciada, poderão ser feitos
35 apenas pequenos ajustes nos procedimentos do estágio. A Profª. Emiliana lembrou que na
36 última reunião o departamento aprovou a exigência de cento e dezesseis créditos mínimos

1 cursados para os alunos se matricularem em Estágio Curricular Supervisionado. Esta
2 exigência é importante de forma a garantir que os alunos tenham cursado um rol mínimo de
3 disciplinas oferecidas pelo curso e estejam melhor embasados e preparados para realizar o
4 estágio. A comissão propôs os seguintes ajustes no atual regulamento de estágio: i)
5 Suprimir o estágio de férias; ação sugerida pela Prof^a. Maria Aparecida Pascale,
6 coordenadora de estágio da ESAG, porque a realização do estágio no período de férias não
7 é viável operacionalmente; ii) Frisar que os Estágios Supervisionados Obrigatórios I e II
8 devem ser realizados em semestres diferenciados; pois, apesar da exigência constar no
9 Plano Político Pedagógico do curso, o sistema acadêmico estava permitindo que os
10 acadêmicos realizassem os estágios I e II no mesmo semestre; iii) A necessidade do
11 cumprimento prévio de cento e dezesseis créditos nas disciplinas do curso, enfatizando que
12 não serão consideradas neste cálculo as horas complementares; e iv) Adotar um segundo
13 professor como avaliador do Relatório Final de Estágio, para que a avaliação seja mais
14 consistente. O Prof. Maurício esclareceu que as discussões acerca do Trabalho de
15 Conclusão de Curso não poderão ser finalizadas no momento, por irem de encontro ao
16 proposto no Projeto Político Pedagógico do curso, que não contempla o TCC. Desta forma,
17 mantém-se o estágio como está, com estes pequenos ajustes, em concordância com o
18 Projeto Pedagógico atual. A Prof^a. Janice Bogo questionou a proposta do item iv,
19 considerando que o gerenciamento para adotar um segundo professor avaliador é
20 complicado. A Prof^a. Ivoneti esclareceu que a proposta foi levantada na discussão da banca
21 do TCC, e que a comissão a sugeriu como forma de melhorar a avaliação. O Prof. Maurício
22 acrescentou que a proposta nasceu da demanda dos alunos, que querem ser avaliados por
23 mais de um olhar. O Prof. Valério também problematizou a questão, lembrando que a
24 avaliação é do estágio como um processo, e são o professor orientador e o supervisor de
25 estágio que têm os elementos para avaliá-lo. Desta forma, o Prof. Valério questionou como
26 o segundo avaliador irá avaliar o aluno em sua completude apenas com o relatório. A partir
27 destes argumentos, o grupo decidiu excluir o ajuste iv da proposta apresentada, em relação
28 à adoção de um segundo professor como avaliador do Relatório Final de Estágio. Para
29 suprir a demanda dos alunos por uma maior visibilidade de seu trabalho, a Prof^a. Paula
30 sugeriu a prática de um seminário final onde os alunos poderiam, de forma voluntária,
31 apresentar seus resultados, dialogando sobre suas experiências de estágio aos professores
32 e demais comunidade acadêmica. Sugeriu-se também a criação de um prêmio de estágio
33 para valorizar os trabalhos. Em relação ao item ii da proposta, o acadêmico Ricardo
34 argumentou que há alunos que conseguem realizar o estágio I e II em um só semestre. A
35 Prof^a. Emiliana esclareceu que a realização do estágio em semestres distintos já está
36 indicada no PPP do curso e não se trata de uma proposta da comissão; a proposta é

1 enfatizar o que já está estabelecido. A isto a Profª. Ivoneti acrescentou que é preciso atentar
2 também para a carga horária do estágio, questionando a viabilidade de cumprir as trezentos
3 e sessenta horas em um só semestre. O Prof. Valério questionou o item i da supressão do
4 estágio no período de férias. Ele acredita que deveria ser mantido, pois é um bom espaço
5 para o aluno que deseja realizar seu estágio em outra cidade, por exemplo, e só pode fazer
6 isso nas férias. Alguns professores concordaram com sua visão. O argumento de que a
7 operacionalização é dificultada no sistema SIGA foi refutado com a observação da Profª.
8 Janice de que o sistema precisa se adequar às necessidades do curso e não o contrário.
9 Desta forma, o Prof. Maurício sugeriu a votação do segundo item levantado pela comissão
10 (frisar que os Estágios Supervisionados Obrigatórios I e II devem ser realizados em
11 semestres diferenciados), uma vez que o item iii (necessidade do cumprimento prévio de
12 cento e dezesseis créditos nas disciplinas do curso) já foi votado e os itens i (supressão do
13 estágio de férias) e iv (adoção de um segundo professor como avaliador) foram rejeitados,
14 podendo ser rediscutidos em outro momento. A Profª. Ivoneti questionou se a comissão de
15 aperfeiçoamento do estágio poderia ser recomposta com novos professores que queiram
16 participar. O Prof. Valério foi incluído na comissão. Em votação, o ajuste relacionado à
17 ênfase dos Estágios Supervisionados Obrigatórios I e II serem realizados em semestres
18 diferenciados foi aprovado por unanimidade. **9. Carta ao MEC:** Os professores Paula
19 Schommer e Leonardo Secchi relembraram ao grupo a sugestão de encaminhar uma carta
20 ao Ministério de Educação solicitando a elaboração de uma prova específica para o curso
21 de Administração Pública no ENADE. A comissão responsável por representar o Curso de
22 Administração Pública da ESAG na discussão sobre o campo de “Públicas” em âmbito
23 nacional, formada pelos professores Paula Schommer, Leonardo Secchi e Patrícia
24 Vendramini, discutiu com membros de outras universidades e levantou três propostas ao
25 departamento. A primeira alternativa seria não se manifestar e fazer a prova de
26 Administração. A segunda seria enviar uma carta ao MEC solicitando a prova específica.
27 Esta seria redigida pelo departamento com a assinatura do Prof. Mário e do Reitor da
28 UDESC, se estes concordassem; no entanto, há a questão da inviabilidade desta alternativa
29 porque a prova do próximo Enade já foi formada e no grupo de coordenadores esta proposta
30 foi considerada um retrocesso, um esvaziamento da demanda pelas diretrizes. A terceira
31 sugestão do grupo de coordenadores foi de não realizar a prova, como boicote, por não
32 contemplar o curso de Administração Pública. Segundo os professores Paula e Leonardo,
33 alguns coordenadores são favoráveis a esta alternativa e outros veem dificuldades em aderir
34 a ela em função do seu contexto local, levantando argumentos tais como o fato de alguns
35 alunos da Administração Pública obterem bons resultados na prova. A comissão está em
36 dúvida, pois sabe que na ESAG há a cultura de entender as avaliações do MEC, como o

1 Enade, como grandes indicadores de qualidade da instituição. O Prof. Maurício abre o
2 assunto para discussão. O Prof. Leonardo sugeriu ler a carta que a comissão redigiu para
3 ser encaminhada ao MEC, de forma a tornar a solicitação mais clara ao grupo. Nesta carta,
4 o departamento estaria solicitando que a prova utilize questões mais generalistas ou que
5 contemple, em parte, questões de Administração Pública, tornando-se menos prejudiciais
6 aos alunos desta instituição. Para o Prof. Arnaldo, deve-se incentivar o aluno a fazer o
7 ENADE, pois um boicote prejudicaria a instituição. Ele gostaria de assinar e apoiar a luta
8 pelas diretrizes curriculares para a Administração Pública. O Prof. Maurício também é contra
9 a estratégia do boicote, pois pode gerar um problema para os alunos, inclusive. A alternativa
10 fará baixar a nota e não será eficiente. Ele aprova a carta sugerida e a parabeniza pelo teor.
11 Ele não sabe se será eficiente, mas segundo o Prof. Mário, até agora nenhum curso se
12 manifestou nesse sentido ao MEC. O Prof. Enio Spaniol posicionou-se pela alternativa da
13 carta, por mais que não seja viável para este ano, ficará como registro. Ele acredita que o
14 espaço deve ser criado aos poucos. O Prof. Valério sugeriu que a carta solicite não apenas
15 a prova, mas também a agilidade na construção das diretrizes curriculares nacionais da
16 área. Em votação, o departamento optou pela carta, cujo envio foi aprovado por
17 unanimidade. A Profª. Ivoneti informou que o Programa de Extensão Habilis pretende
18 oferecer oficinas neste ano que trabalharão com o conteúdo da prova do Enade, com
19 conhecimentos que são necessários, porém para os quais não há preparação suficiente no
20 curso, tais como o mercado de capitais. Ela esclareceu que o pano de fundo maior do
21 projeto é preparar o aluno para a prática profissional em tópicos que não são aprofundados
22 no curso. Em seguida, o Prof. Maurício questionou se haveria mais algum assunto a ser
23 tratado. O Prof. Enio manifestou-se para informar ao grupo que o programa "Nas
24 Entrelinhas" (vinculado ao programa de extensão LASP) foi autorizado na Rádio UDESC e
25 será veiculado todas as terças-feiras, na rádio UDESC, das 11h45 às 12h00, com reprise
26 nas quartas-feiras às 07h00 e aos sábados às 11h45. A apresentação será dos professores
27 Enio Spaniol e Samantha Buglione. Na próxima semana, a abertura do programa contará
28 com a participação dos professores Paula Schommer e Everton Cancellier como
29 entrevistados. Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, da qual eu,
30 Paula Eduarda Michels, secretária, lavrei a presente ata, a qual depois de aprovada será
31 assinada por todos os presentes do Departamento. Florianópolis, 20 de março de 2012.